



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2017.

Nº. 18/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Faltou o Vereador Paulo Jorge Maria do Nascimento, cuja falta foi justificada, por se encontrar no gozo do período de férias.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, foram justificadas as suas faltas às reuniões realizadas nos dias 5 e 19 de Julho último, por motivos pessoais e profissionais inadiáveis.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,50 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não se verificou qualquer intervenção

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, por não ter estado presente na reunião em causa.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Julho de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	5.148.732,20 €
Soma	5.762.265,84 €
Despesas realizadas	5.502.562,52 €
Saldo em 31.07.2017	259.703,32 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	434.292,24 €
Soma	656.480,56 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	421.740,56 €
Saldo em 31.07.2017	234.740,00 €

- Disponibilidades:

Caixa	30.011,73 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	461.931,59 €
Total das disponibilidades em 31.07.2017	494.443,32 €
Documentos	20.177,93 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.07.2017	514.621,25 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 30 de Junho de 2017: 515.895,98 €.

2.- Balancete Mensal Acumulado (Razão):

Tomou a Câmara conhecimento do Balancete Mensal Acumulado (razão) referente ao mês de Julho, o qual se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Concessão de exclusivos de exploração na Feira de Outubro de 2017:

Segundo proposta formulada pelo Sr. Presidente, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, abrir concurso público para concessão da ocupação de “terrado” com instalações móveis e/ou improvisadas de espetáculos e divertimentos públicos e de restauração e similares, na próxima Feira de Outubro, a realizar nos dias 13, 14 e 15, devendo o mesmo Regulamento ser consultado na Secção Administrativa da mesma Câmara Municipal, no seguintes termos:

O tipo de concessão, a quantidade e os preços base de licitação por cada metro quadrado (m2) ou fração do (s) lote (s) a concurso, são os seguintes:

Atividades		Total de lotes	N.º do lote	Comprimento (m)	Largura (m)	Área (m2)	Base de licitação (m2)
Restauração e similares	Restaurantes	2	R-1	25,00	9,50	237,50	3,80€
			R-2	25,00	9,50	237,50	
	Pão com chouriço	2	PC-1	10,00	5,00	50,00	3,80€
			PC-2	10,00	5,00	50,00	
Divertimentos	Infantis	1	D-3	Pista automóveis infantis		100,00	3,20€
		1	D-4	Pista infantil		100,00	3,20€
	Adultos	1	D-6	Divertimento eletromecânico ou similar para adultos		250,00	4,40€
		1	D-7	Carrosséis adultos		200,00	4,40€
		1	D-8	Pista automóveis adultos		560,00	4,40€

As propostas devem ser enviadas em carta fechada, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, sob seguro dos correios ou entregues pessoalmente na Secção Administrativa, **até às 12:00h do dia 7 de setembro de 2017** durante o horário de funcionamento.

As propostas para as atividades **Restauração e similares** devem ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- Fotocópia do Cartão de Pessoa Coletiva ou Cartão de Empresário em nome individual, bem como do título de exercício da atividade de restauração e similares;
- Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, de montante considerado adequado;
- Planta do estabelecimento de restauração ou similar a instalar a respetiva memória descritiva;
- Guia comprovativa do depósito de garantia a efetuar na Tesouraria da Câmara Municipal de Castro Verde, correspondente a 20% do valor base do concurso, referente ao lote a que concorre, o qual reverterá a favor desta Autarquia no caso de desistência do concorrente;

As propostas para a atividade **Divertimento** devem ser acompanhadas dos seguintes documentos:

- Fotocópia do Cartão de Pessoa Coletiva ou Cartão de Empresário em nome individual;
- Certificado de inspeção conforme estipulado no Decreto-Lei n.º268/2009, de 29 de setembro (Licenciamento para instalação de recintos de divertimentos itinerantes);
- Planta do divertimento a instalar a respetiva memória descritiva;
- Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, com as coberturas e capitais mínimos de acordo com a legislação em vigor;
- Guia comprovativa do depósito de garantia a efetuar na Tesouraria da Câmara Municipal de Castro Verde, correspondente a 20% do valor base do concurso, referente ao lote a que concorre, o qual reverterá a favor desta Autarquia no caso de desistência do concorrente;

Aos encargos resultantes do concurso público acrescem:

- O encargo com o fornecimento de energia;

- b) Os demais encargos legais pelo funcionamento da atividade, nomeadamente vistorias, licença de funcionamento, etc.

As propostas serão abertas às **14:30h do dia 7 de setembro de 2017**, na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Município.

4. – Emissão de parecer prévio para celebração de contrato de prestação de serviços:

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 51.º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença.

Considerando a obrigação prevista no número anterior, solicitou o Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos a emissão de parecer prévio para a celebração de um contrato de aquisição de serviços na área da advocacia, na modalidade de tarefa, a celebrar, por ajuste direto – regime geral, com Júdice Glória Taborda da Gama – Sociedade de Advogados, pelo preço base de 27.500,00 €.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º 5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

Justificou o Sr. Vereador António José de Brito a sua posição com a seguinte declaração de voto.

“Apesar de não ser prática dos eleitos do PS nesta autarquia durante o actual mandato, assumimos, com responsabilidade, um voto favorável neste Ajuste Directo para a contratação de serviços na área de advocacia.

Fazemo-lo porque, nesta questão muito concreta da Derrama da Somincor, entendemos manifestar total apoio às medidas que o executivo considera mais adequadas para defender os legítimos interesses do nosso município.

Só este facto muito concreto justifica a nossa votação.”

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15:10horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.